



Município da Lourinhã

Divisão de Serviços Municipais, Infraestruturas e Frotas

Aquisição de bens e serviços

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

(Nos termos do art.º 115º do Código Contratos Públicos, na sua atual redação)

Procedimento por Consulta Prévia



[Nos termos do art.º 16º, alínea c) e alínea c) do n.º 1 do art.º 20º e art.º 112.º a 127.º do Código Contratos Públicos na sua atual redação]

Aquisição de Serviços

Controlo de Pragas e desinfestação na área territorial do Município da Lourinhã

Procedimento com a referência:

CPG/16/2024

Valor base para efeitos do presente procedimento é de 16.000,00Euros



O Vereador, em Regime de Permanência a tempo inteiro da Câmara Municipal da Lourinhã, por Despacho da Delegação de Competências, datado de 17/05/2023.

(João José da Silva Serra)



ÍNDICE

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS	1
Artigo I. Convite	4
Artigo II. Identificação da Entidade Adjudicante	4
Artigo III. Órgão responsável pela decisão de contratar.....	4
Artigo IV. Fundamento da escolha do procedimento	5
Artigo V. Processo da Consulta Prévia	7
Artigo VI. Disponibilização das peças.....	7
Artigo VII. Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento.....	7
Artigo VIII. Erros e Omissões	8
Artigo IX. Prazo para apresentação das propostas	9
Artigo X. Documentos que integram a proposta e modo de apresentação.	10
Artigo XI. Idioma dos documentos das propostas.....	12
Artigo XII. Propostas variantes	12
Artigo XIII. Obrigação de manutenção das propostas	12
Artigo XIV. Valor base e consulta preliminar ao mercado	12
Artigo XV. Proposta / Indicação do preço	13
Artigo XVI. Critério de adjudicação e desempate.....	13
Artigo XVII. Análise das Propostas	14
Artigo XVIII. Esclarecimento sobre as propostas	14
Artigo XIX. Relatório Preliminar.....	15
Artigo XX. Audiência Prévia	15



Artigo XXI.	Relatório Final.....	15
Artigo XXII.	Notificação da decisão de adjudicação	16
Artigo XXIII.	Modalidade Jurídica do Agrupamento Adjudicatário	17
Artigo XXIV.	Documentos de Habilitação	17
Artigo XXV.	Caução.....	19
Artigo XXVI.	Preço anormalmente baixo	19
Artigo XXVII.	Aceitação da minuta do contrato.....	19
Artigo XXVIII.	Celebração do contrato	19
Artigo XXIX.	Publicitação.....	20
Artigo XXX.	Despesas e encargos	20
Artigo XXXI.	Identificação do Órgão de Recurso Administrativo	20
Artigo XXXII.	Disposições Finais	20



CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA NO ÂMBITO DE CONSULTA PRÉVIA SOB O REGIME GERAL PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS.

4

Artigo I. Convite

O presente convite tem por objeto principal, a **prestação de serviços para Controlo de Pragas e desinfestação na área territorial do Município da Lourinhã**, nos termos das **especificidades técnicas** definidas na **Parte II | Cláusulas Técnicas** do Caderno de Encargos.

Artigo II. Identificação da Entidade Adjudicante

Município da Lourinhã com o NIPC 502177101, sito no Edifício Paços do Concelho, Praça José Máximo da Costa, 2534-850 na localidade de Lourinhã, telefone: (+351) 261 410 120/160 e telefax: (+351) 261 410 108, endereço eletrónico: contratacao publica@cm-lourinha.pt e sítio da Internet: <https://www.cm-lourinha.pt>.

Artigo III. Órgão responsável pela decisão de contratar

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua atual, redação, a decisão de contratar e decisão de autorizar a despesa foi proferida pelo Sr. Presidente de Câmara, Eng.º João Duarte de Carvalho, Eng.º, considerando as competências próprias ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, na sua atual redação e em vigor por força da Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril, aplicável por força do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.



2. A decisão de contratar foi proferida na data da assinatura eletrónica qualificada aposta no presente convite.
3. O presente procedimento é conduzido pelo Júri da entidade adjudicante, nos termos do n.º 1 do artigo 67.º do CCP, designados pelo órgão competente acima referido, no qual se impõe a necessidade de juntar declaração de inexistência de conflitos de interesses anexa ao presente processo, a que se refere o n.º 5 do mesmo artigo.

Artigo IV. Fundamento da escolha do procedimento

A Divisão de Água e Ambiente – Coordenação de Ambiente no âmbito das suas atribuições conferidas pelo Regulamento e Estrutura Orgânica do Município da Lourinhã no artigo 25º, ponto 3, alínea m (Despacho n.º 5149/2023 de 3 maio.), têm como competência a execução de operações periódicas de desinfestação nas áreas de intervenção da Câmara Municipal.

A execução das operações de desinfestação e controlo de pragas, requer conhecimentos técnicos e formação especializada para o manuseamento e aplicação de produtos específicos para eliminação e ou controlo de pragas urbanas e assim como, técnicas específicas de acordo com determinada praga.

Designa-se como praga, a existência de um grande número de indivíduos de espécies de animais não-domésticos, cuja presença afeta a qualidade de vida dos cidadãos pela possibilidade de transmissão de doenças, pela perturbação das atividades diárias e eventual prejuízo económico devido à contaminação de bens alimentares e danificação e conspurcação de residências e bens públicos.

As pragas mais comuns em meio urbano são os ratos e as baratas, ocorrendo, também, pontualmente, problemas associados a formigas, pulgas e outros insetos.

Os ratos pertencem à família Muridae, com designação comum de Murídeos. As principais espécies infestantes são os *Mus musculus* (ratinho doméstico), os *Rattus rattus* (rato preto) e os *Rattus norvegicus* (ratazanas). Representam uma ameaça para a saúde humana, por serem transmissores de algumas doenças, que podem ser letais quando não identificadas a tempo, tais como, Leptospirose, Hantavirose e a Salmonelose. No entanto, nem todos os ratos transmitem estas doenças, para que as transmitam têm que estar



infetados e/ou possuírem no seu corpo o vetor que provoca a doença. A transmissão da doença aos humanos ocorre por contacto direto com alimentos ou materiais contaminados com excrementos e/ou urina.

Os principais locais para intervenção para eliminação e controlo de murídeos são: rede de saneamento (condutas e esgotos), jardins e espaços verdes e interior de edifícios (armazéns, locais de armazenamento e confeção de alimentos).

As baratas pertencem à família Blattidea, com designação comum de Blatídeos. As principais espécies infestantes são as *Periplaneta americana* (barata americana), as *Blatella germânica* (barata germânica) e as *Blatta orientalis* (barata oriental). Representam uma ameaça para a saúde humana, por serem transmissores de algumas doenças, tais como Salmonelose, Infecções por staphylococcus e Gastroenterite. Servem de hospedeiras, ao carregar no seu corpo (abdómen) bactérias, protozoários, fungos e vírus, que posteriormente contaminam superfícies e alimentos. A transmissão da doença aos humanos ocorre por contacto direto com alimentos ou materiais contaminados.

Os principais locais para intervenção para eliminação e controlo de blatídeos são: rede de saneamento (condutas e esgotos), interior de edifícios, (locais quentes e de elevada humidade, locais de armazenamento e confeção de alimentos).

No último ano de prevenção e controlo de pragas verificou-se em algumas instituições escolares o aparecimento de formigas e a ocorrência de infestação.

A maior parte das espécies de formigas não causa danos aos seres humanos e atuam como polinizadoras e dispersoras de sementes, contudo algumas espécies podem, contaminar os alimentos, nidificar na relva ou outras estruturas como pequenos jardins, raízes de plantas, troncos de árvores ou pavimentos. Estas formigas podem transmitir diversas doenças, por circularem por áreas insalubres e transportando no seu corpo bactérias, fungos e vírus nocivos à saúde pública.

A realização de ações preventivas de desinfestação tem como finalidade a proteção da saúde e do bem-estar dos cidadãos, garantido a salubridade do espaço público e a diminuição de solicitações de desinfestações por parte dos munícipes ou entidades. Neste pressuposto e com base nos conhecimentos teóricos, práticos e in loco da área territorial e dos equipamentos/instalações do Município da Lourinhã, considera-se que devam ser alvo de intervenção para eliminação de focos de infestação e de controlo de pragas.



Desta forma, para colmatar esta situação é essencial desencadear procedimento por Consulta Prévia Geral, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 20º do CCP, o procedimento mais ajustado, o que resulta num convite dirigido às entidades, expostas na Informação do serviço requisitante, empresas certificadas e com vasta experiência na área.

Artigo V. Processo da Consulta Prévia

1. O processo da Consulta Prévia é constituído pelas seguintes peças procedimentais: convite e caderno de encargos e anexos que deles façam parte.
2. O processo pode ser consultado no Setor Aquisição de Bens e Serviços, da Divisão de Serviços Municipais, Infraestruturas e Frotas, DSMIF - ABS, na morada indicada no artigo II do convite, durante as horas de expediente, das 9h00m às 12h30m e das 14h00m às 17h30m, desde a data de envio do convite até ao termo do prazo para apresentação das propostas.

Artigo VI. Disponibilização das peças

1. Poderá ser feito Download gratuito das peças do procedimento na Plataforma Eletrónica de Contratação para o Sector Público, AcinGov, com endereço eletrónico <https://www.acingov.pt>.
2. Todas as comunicações e notificações entre a entidade adjudicante e o convidado, na fase de formação do contrato, serão efetuadas, pela mesma via eletrónica de dados identificada no número anterior, nos termos do disposto nos artigos 467.º a 469.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo VII. Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da responsabilidade do Júri que conduzirá procedimento, por despacho do Sr. Vereador, cuja competência lhe foi delegada pelo Exmo. Sr.



Presidente da CML, órgão competente que tomou a decisão de contratar, devendo o interessado enviar o seu pedido de esclarecimento através da plataforma eletrónica <https://www.acingov.pt> até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

2. Os esclarecimentos a que se referem a alínea anterior serão prestados, pela mesma via, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas e notificados a todos os interessados que adquiriram as peças do procedimento, sendo igualmente disponibilizados em <https://www.acingov.pt>.
3. Qualquer retificação ou alteração das peças do procedimento são da competência do Órgão competente para a decisão de contratar.
4. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.
5. Quando as retificações ou os esclarecimentos sejam comunicados para além do prazo previsto no n.º 2 do presente artigo, o prazo fixado para apresentação de propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao atraso verificado.
6. A decisão de prorrogação do prazo cabe ao órgão competente para a decisão de contratar e deve ser junta às peças do procedimento e notificada a todos os interessados.

Artigo VIII. Erros e Omissões

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os convidados podem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifique, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos detetados e que digam respeito a:
 - a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade; ou
 - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar; ou
 - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrarem que o interessado não considere exequíveis.



2. Excetuam-se do disposto no número 1 os eventuais erros e omissões que os interessados, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas, apenas pudessem detetar na fase de execução do contrato.
3. A apresentação da lista referida no número 1 deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões do caderno de encargos detetados em função da natureza do erro ou omissão, designadamente, memória descritiva com a identificação clara e fundamentada do erro ou omissão;
4. As listas com a identificação dos erros e das omissões detetados pelo convidado deve ser disponibilizada na Plataforma Eletrónica de Contratação para o Sector Público, **acinGov**, com endereço eletrónico <https://www.acingov.pt> e juntas às peças do procedimento que se encontrem disponíveis para consulta e todos aqueles que tenham adquirido as peças do procedimento serão imediatamente notificados daquele facto;
5. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação da proposta ou do prazo fixado no número 3 do artigo VII o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificadas pelo interessado, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites;
6. O órgão competente para a decisão de contratar identifica os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites;
7. A decisão prevista no número anterior, é publicitada na Plataforma Eletrónica de Contratação para o Sector Público, **acinGov**, com endereço eletrónico <https://www.acingov.pt>, e junta às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta.

Artigo IX. Prazo para apresentação das propostas

1. O prazo para apresentação da proposta é de 9 (nove) dias seguidos a contar do dia imediatamente seguinte à data do convite e deverá ser apresentada, através da plataforma eletrónica, a uso por este Município, com o endereço na internet



<https://www.acingov.pt>, de acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 62.º do CCP, na sua atual redação.

2. A entidade convidada deverá prever o tempo necessário para a inserção da proposta e documentos, bem como para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de internet de que dispõem, uma vez que todo esse processo só será permitido até à hora fixada no número anterior.
3. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
4. A proposta deve ser apresentada até às 23h59m do 9.º dia a contar da data do envio do convite, através de plataforma eletrónica a uso por este Município com o endereço na internet <https://www.acingov.pt>.
5. Quando as retificações implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, a data limite fixada no n.º 1 deve igualmente ser prorrogada no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações;
6. A pedido fundamentado, de qualquer interessado que tenha adquirido as peças do procedimento, o prazo fixado para apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveita todos os interessados.
7. As decisões de prorrogação nos termos do disposto no número anterior serão juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente aviso daquelas decisões na plataforma eletrónica utilizada.

Artigo X. Documentos que integram a proposta e modo de apresentação

1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo I** e assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para



- o obrigar, conforme documento que se junta, em anexo ao presente convite;
- b) Lista de preços unitários **Anexo IV, preenchida de acordo com o Formulário da Proposta / Candidatura**, disponível na plataforma eletrónica de contratação pública no endereço <https://www.acingov.pt>.
 - c) Declaração a que se refere o n.º 4 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo, na sua atual redação, conforme modelo constante do **anexo III** do presente convite;
 - d) Declaração a que se refere o modelo constante do **anexo V** do presente convite;
 - e) Certidão de teor do pacto social da empresa onde constem os poderes necessários que são conferidos para outorgar o contrato, devidamente atualizada, ou a indicação do código de acesso para consulta da certidão permanente on-line na plataforma Portal da Empresa (www.portaldaempresa.pt), ou documento equivalente;
2. Todos os documentos que instruem a proposta devem, de forma individual, ser assinados eletronicamente através de certificado de assinatura digital qualificada para o efeito, emitida por uma entidade Certificada pela Autoridade Nacional de segurança, de acordo com o disposto nos n.ºs 2 a 6 do art.º 54.º da Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto e números 4 e 5 do artigo 57.º do CCP, pelo concorrente ou seu representante que tenha poderes para o obrigar.
 3. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura deverá a entidade interessada submeter junto da proposta um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante;
 4. Não são admitidos documentos em língua estrangeira a não ser que estejam acompanhados de tradução legalizada.
 5. Não são admitidas propostas variantes e os preços constantes da proposta devem ser indicados em algarismos e não incluir o IVA.
 6. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.



7. Se na proposta forem indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
8. O prazo de validade das propostas é de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
9. As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

Artigo XI. Idioma dos documentos das propostas

Não são admitidos documentos em língua estrangeira a não ser que estejam acompanhados de tradução legalizada.

Artigo XII. Propostas variantes

1. Não é admitida a apresentação de propostas variantes.
2. Entende-se como propostas variantes as propostas que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar contenham atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas nos termos expressamente admitidos no caderno de encargos.
3. Cada concorrente só pode apresentar uma única proposta.

Artigo XIII. Obrigação de manutenção das propostas

Os convidados/interessados são obrigados a manter as suas propostas pelo prazo de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo XIV. Valor base e consulta preliminar ao mercado

1. Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 47.º do CCP, o preço base do presente procedimento, como parâmetro base do preço contratual, é fixado em



EUR: **16.000,00** (dezasseis mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2. O valor base tem por referência o resultado da consulta preliminar de mercado, efetuada conforme previsto no artigo 35º-A do CCP.

Artigo XV. Proposta / Indicação do preço

13

1. Os preços constantes das propostas são indicados em algarismos, não incluindo o IVA.
2. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
3. Se na proposta forem indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
4. As propostas não serão objeto de negociação.
5. As propostas não serão objeto de leilão.

Artigo XVI. Critério de adjudicação e desempate

1. A adjudicação é feita à proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante determinada pela modalidade prevista na alínea b) do n.º 1 do art.º 74 do CCP: Monofator, na medida em que as peças do procedimento definem todos os restantes elementos da execução do contrato a celebrar, com exceção do preço.
2. Para efeitos do número anterior considera-se preço, o somatório dos valores unitários refletidos no mapa de quantidades a preencher na plataforma.
3. Critério de desempate:
 - 1.º - Melhor preço para o ponto 1.1 do Mapa de quantidades;
 - 2.º - Melhor preço para o ponto 2.1 do Mapa de quantidades;
 - 3.º - Melhor preço para o ponto 5.1 do Mapa de quantidades;



4.º - Por sorteio em data e hora a notificar aos concorrentes, através da plataforma.

Artigo XVII. Análise das Propostas

1. O Júri, analisa e avalia as propostas para efeitos de adjudicação tendo em consideração o critério de adjudicação referido no artigo anterior.
2. A análise das propostas é efetuada com base nos documentos que constituem a proposta.
3. O Júri que analisa e avalia as propostas poderá socorrer-se da colaboração dos quadros da entidade adjudicante, ou de quaisquer outros técnicos, como consultores externos, para apoio e elaboração de relatórios técnicos, na análise das propostas.
4. As deliberações do Júri, poderão ter por fundamento, no todo ou em parte, pareceres ou estudos de consultores internos ou externos, casos em que tais documentos instruirão os respetivos relatórios que para eles remeterão.
5. A proposta não será objeto de leilão eletrónico.

14

Artigo XVIII. Esclarecimento sobre as propostas

1. O concorrente obriga-se a prestar, em relação à sua proposta e a toda a documentação que a instrua, os esclarecimentos que o Júri considere necessários à avaliação da mesma.
2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
3. O Júri solicitará aos concorrentes, para que, no prazo máximo de cinco dias, procedam ao suprimento das irregularidades das suas propostas causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimento, nomeadamente a apresentação de documentos que se limitem a comprovar



factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta, e desde que tal suprimento não afete a concorrência e a igualdade de tratamento.

4. O Júri procederá à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.
5. Todos os esclarecimentos prestados serão publicitados na plataforma eletrónica, AcinGov, utilizada pela entidade adjudicante, devendo todos os concorrentes serem imediatamente notificados desse facto.

Artigo XIX. Relatório Preliminar

1. O Júri, após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, tipificado no artigo XVI, elaborará fundamentadamente um relatório preliminar, propondo a ordenação das referidas propostas.
2. No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o Júri deve também propor a exclusão dos concorrentes relativamente às quais se verifique alguma das situações a que alude os artigos 70.º e 122.º do CCP.

Artigo XX. Audiência Prévia

Elaborado o relatório preliminar referido no artigo anterior, o Júri envia-o a todos os concorrentes para que, querendo, se pronunciem por escrito no prazo que para o efeito lhes for fixado, não podendo o mesmo ser inferior a 3 dias úteis, nos termos do n.º 1 do artigo 123.º do CCP.

Artigo XXI. Relatório Final

Terminada a audiência prévia, o Júri elabora um relatório final fundamentado, de acordo com o definido no artigo 124.º do CCP, na sua atual redação. O referido relatório, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar, em conjunto com a minuta do contrato, para que este órgão possa decidir para efeitos de adjudicação.



Artigo XXII. Notificação da decisão de adjudicação

1. Notificação da Escolha do Adjudicatário

1.1 O órgão competente para a decisão de contratar notificará todos os concorrentes da decisão de adjudicação, acompanhado do relatório final de análise das propostas ou da decisão de não adjudicação e respetivos fundamentos;

1.2 Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notificará o adjudicatário para:

- i)** Apresentar os documentos de habilitação exigidos, nos termos do disposto do artigo XXIV do presente convite;

2. Anulação da Adjudicação

A adjudicação considera-se sem efeito quando, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário, não entregue a documentação (Documentos de Habilitação) que lhe seja exigida.

3. Causas de Não Adjudicação

Não há lugar à adjudicação quando:

- a)** Nenhum concorrente haja apresentado proposta;
- b)** Todas as propostas tenham sido excluídas;
- c)** Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para apresentação das propostas;
- d)** Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas, relativas aos pressupostos da decisão de contratar o justifiquem;
- e)** A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os concorrentes.



Artigo XXIII. Modalidade Jurídica do Agrupamento Adjudicatário

Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento adjudicatário e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade de consórcio externo.

17

Artigo XXIV. Documentos de Habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar, no **prazo de 5 dias úteis** a contar da notificação da adjudicação, os seguintes documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online¹, de que se encontra nas seguintes situações:
 - a) Situação regularizada relativamente a **contribuições para a segurança social** em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
 - b) Situação regularizada relativamente a **impostos devidos em Portugal** ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
 - c) Certificado de **registo criminal**, para efeitos de celebração de contratos públicos, **de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções e da empresa**, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e i) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;
 - d) **Declaração** prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, conforme modelo constante do **anexo II** do presente convite (declaração de não impedimento);
2. **Para efeitos da outorga do contrato deverá, ainda, indicar os seguintes dados ou reprodução:** (se optar por esta ultima, o envio das cópias dos documento de identificação,

¹ Declaração de consentimento para consulta *on-line*, nos termos do Decreto-Lei nº 114/2007, de 19 de Abril



pressupõe a autorização expressa do (s) visado (s), terão de ser assinadas e datadas nas cópias, referindo o fim a que as mesmas se destinam, Portaria n.º 287/2017, que concretiza alterações à Lei n.º 7/2007, de 5 de fevereiro)

- a) Numero de identificação do Cartão de Cidadão ou do Bilhete de Identidade e sua validade e Número de Contribuinte da(s) pessoa(s) que intervém(êm) no contrato;
 - b) Cartão de Identificação de Pessoa Coletiva;
 - c) Ata ou Procuração com poderes para o ato, caso se aplique;
 - d) Certidão de teor do pacto social da empresa onde constem os poderes necessários que são conferidos para outorgar o contrato, devidamente atualizada, ou a indicação do código de acesso para consulta da certidão permanente on-line na plataforma Portal da Empresa (www.portaldaempresa.pt).
3. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário nos termos do número anterior, será concedido um **prazo adicional de até 5 dias úteis**, destinado ao seu suprimento, conforme o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 115.º do CCP.
 4. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cujos dados e/ou reprodução tenham sido apresentados em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade destes, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 86.º do CCP.
 5. Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.
 6. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
 7. Os documentos de habilitação serão apresentados de modo idêntico ao da apresentação da proposta.



Artigo XXV. Caução

Não é exigível a prestação de caução nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, na sua actual redacção.

Artigo XXVI. Preço anormalmente baixo

A entidade adjudicante não definiu, as situações em que o preço ou o custo de uma proposta é considerado anormalmente baixo.

Artigo XXVII. Aceitação da minuta do contrato

1. A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatario quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos dois dias subsequentes á respetiva notificação, nos termos do artigo 101.º do CCP, na sua atual redacção. .
2. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato ou a recusa dos ajustamentos propostos.
3. No prazo de 10 dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatario da sua decisão, equivalendo o silencio á rejeição da reclamação.
4. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatario não fazem parte integrante do contrato.

Artigo XXVIII. Celebração do contrato

1. Salvo a inexigibilidade legal da redução do contrato a escrito, a outorga do contrato deverá ter lugar no prazo de 30 dias úteis contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
 - a) Apresentar todos os documentos de habilitação exigidos;
 - b) Comprovada a prestação da caução, caso se aplique;



- c) Confirmados os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da sua proposta.
2. Do presente procedimento será celebrado contrato escrito, em suporte digital e a outorga do contrato é realizada eletronicamente na plataforma eletrónica AcinGov.
3. A entidade pública contratante comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 5 dias, a data e hora em que ocorrerá a outorga do contrato.

Artigo XXIX. Publicitação

O presente procedimento, Consulta Prévia em regime geral, está sujeito a publicitação, em conformidade com o disposto no artigo 127.º do CCP, no portal dos contratos publicos, www.base.gov.pt.

Artigo XXX. Despesas e encargos

São encargos dos concorrentes, as despesas inerentes ao procedimento, em particular, as despesas e encargos inerentes à celebração do contrato são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo XXXI. Identificação do Órgão de Recurso Administrativo

O órgão de recurso administrativo das deliberações do júri é a entidade que proferiu a decisão de contratar, indicada no **artigo III** do presente convite.

Artigo XXXII. Disposições Finais

1. Assunção de compromisso

A adjudicação está dependente da verificação da conformidade legal da despesa, nos termos da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, e legislação conexas, que aprova



as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas e demais normas exigidas por lei.

2. Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Convite aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação e demais legislações aplicáveis.



ANEXOS

[Todos os Anexos estão disponíveis em formato editável, na plataforma de
Contratação Pública]

22

Anexo I

- Modelo de Declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º]

Anexo II

- Modelo de Declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

Anexo III

- Modelo de Declaração de Ausência de Conflitos de Interesses

Anexo IV

- Mapa de quantidades

Anexo V

- Modelo de Declaração de Declaração de Consentimento de dados pessoais

